



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005364-62.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **NADIR DOURADO MOREIRA**  
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação de obrigação de fazer proposta por **NADIR DOURADO MOREIRA** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que é portadora de hepatite tipo C, tendo evoluído para cirrose hepática e síndrome de hipertensão portal compensada, razão pela qual lhe foram prescritos os medicamentos **Sofosbuvir 400 mg (140 comprimidos)**, por vinte semanas, **Ribavirina 250 mg (700 cápsulas)**, com objetivo de evitar a evolução da doença para formas descompensadas, conforme documentação médica juntada com petição inicial. Argumenta que os medicamentos prescritos são de alto custo e que não possui recursos financeiros para custear o tratamento. Requer, então, em sede de antecipação de tutela, o seu fornecimento pelos requeridos, na quantidade necessária, até ordem médica em contrário.

O Ministério Público concordou com o pedido de antecipação dos efeitos da tutela (fls. 74).

Pela decisão de fls. 78/79 foi recebida a emenda à petição inicial para a inclusão da Fazenda Pública do Estado de São Paulo no polo passivo da ação.

Foi determinado que a autora se submetesse a consulta com médico da rede pública (fls.79), o que ocorreu, conforme relatório médico de fls. 86, tendo sido atestada a necessidade do uso dos medicamentos pleiteados na inicial.

Concedeu-se a antecipação dos efeitos da tutela, para determinar aos requeridos que adotassem as providências que se fizessem necessárias para aquisição e fornecimento à autora dos medicamentos prescritos, sob pena de sequestro de verbas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

públicas.

Contestação do Município de São Carlos às fls. 105/114. Aduz que a medicação é de custo altíssimo e compromete o princípio do acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, estando ainda muito além das possibilidades financeira e responsabilidades, no âmbito do SUS, do município. Requereu a improcedência do pedido.

A Fazenda Pública apresentou contestação às fls. 116/125, sustentando que os medicamentos pleiteados foram registrados pela ANVISA há pouco tempo e estão em incorporação pelo SUS, contudo ainda não são comercializados no país, o que torna sua aquisição custosa. Aduz que fornece outros medicamentos, padronizados, para o tratamento da doença que acomete a autora e igualmente eficazes, não sendo razoável que ela possa exigir especificamente estes, que postula na ação. Requer a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 138.

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento.

O direito à saúde foi consagrado pela Constituição nos artigos 6º, 196 e seguintes, como dever a ser prestado aos cidadãos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios de forma solidária, através do Sistema Único de Saúde, visando à redução do risco de doença e o acesso às ações e serviços para sua promoção proteção e recuperação. Nesse mesmo sentido dispôs a Constituição do Estado de São Paulo em seu artigo 219 e parágrafo único, bem como o Código de Saúde do Estado de São Paulo, Lei Complementar Estadual n. 791/95, que trouxe o direito à saúde como inerente à pessoa humana, constituindo direito público subjetivo, a cuja violação não se admite transigência, por tratar-se de bem jurídico da mais alta relevância social.

No caso dos autos a autora é portadora de *Hepatite C*, cuja medicação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

postulada é imprescindível ao seu tratamento, conforme revelam os atestados médicos trazidos aos autos.

A presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender aos necessitados, mas sim à necessidade de se resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, para depois solapá-lo por meio de gestões de duvidosa eficiência, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir do Estado a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Ademais, a sua necessidade, com a dispensação dos medicamentos prescritos, foi comprovada por médico conveniado à rede pública de saúde (fls.86).

Por outro lado, não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento apropriado para o tratamento, mas sim ao profissional da saúde que acompanha a paciente.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, devendo a parte autora apresentar relatórios semestrais, a fim de demonstrar a necessidade de continuidade do tratamento, bem como receitas médicas, sempre que solicitadas.

Em razão da sucumbência, considerando o disposto no § 2º do artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, bem como o fato de não se tratar de causa de grande



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

complexidade, pois envolve fornecimento de itens relacionados a saúde, cuja tramitação processual é célere, condeno os requeridos a arcar com os honorários advocatícios (metade para cada um), fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isentos se custas na forma da lei.

**P. I.**

São Carlos, 01 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**